

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 976, DE 2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade de remuneração do serviço do júri.

Autor: Deputado Feu Rosa

Relator: Deputado Antonio Carlos Biscaia

I - RELATÓRIO

A proposição em tela, visando promover alteração à redação do art. 434 do Código de Processo Penal, busca tornar remunerado o serviço do júri.

De acordo com a respectiva justificação:

“O serviço gratuito do júri constitui grave violação dos direitos dos trabalhadores, que devem ser remunerados pela prestação do seu serviço. O serviço público gratuito é fruto de uma época em que os reis e imperadores impunham obrigações ao povo, tiranicamente, sem qualquer contraprestação pecuniária.

Tal ato constitui uma arbitrariedade e um enriquecimento sem justa causa por parte do Estado, que institui o serviço obrigatório, sem que o cidadão possa recusá-lo, porém sem qualquer remuneração por este fardo. Trabalho obrigatório sem pagamento não passa de uma forma de trabalho escravo, o que contraria todos os princípios de direito conquistados ao longo da história da humanidade.”

Cuida-se de apreciação conclusiva desta comissão.

Não houve apresentação de emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade, na medida em que é competência da União e atribuição do Congresso Nacional legislar sobre Direito Processual, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária.

A juridicidade acha-se preservada, não sendo afrontados princípios orientadores de nosso ordenamento.

A técnica legislativa estaria perfeita, não faltasse o artigo inaugural, com o objeto da lei.

No mérito, entretanto, a proposta não deve prosperar.

A palavra “jurado” vem do “juramento, que faziam outrora e ainda hoje, sob a forma de compromisso cívico, são obrigados a fazer os cidadãos ao serem investidos na função de julgador, em conselho de sentença”. É o jurado, em termos jurídicos, o leigo do Poder Judiciário, investido, por lei, na função de julgar em órgão coletivo a que se dá o nome de Júri.

A inclusão no corpo de jurados não é um direito individual mas um dever do cidadão que for escolhido para integrar a lista anual e compor o Conselho de Sentença, pois o serviço do júri é obrigatório. Dispõe, aliás, o art. 435 do Código de Processo Penal:

“Art. 435. A recusa ao serviço do júri, motivada por convicção religiosa, filosófica ou política, importará a perda dos direitos políticos.”

Este dispositivo legal encontra amparo na Carta Política:

“Art. 5º

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos

imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”

“Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII”

Dever cívico que é, o exercício efetivo da função de jurado, conforme o art. 437 do CPP, confere determinadas regalias:

“Art. 437. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo, bem como preferência, em igualdade de condições, nas concorrências públicas.”

Mas, o que importa relevar, para afastar a proposta, é que, ao contrário do que afirma a sua justificação, o exercício da função de jurado não representa um “enriquecimento sem causa” do Estado, nem tampouco tem contornos de “trabalho escravo”. Com efeito, dispõe a lei (art. 430 do CPP):

“Art. 430. Nenhum desconto será feito nos vencimentos do jurado sorteado que comparecer às sessões do júri.”

À luz destas ponderações, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL nº 976, de 2003.

Sala da Comissão, em de setembro de 2004.

Deputado Antonio Carlos Biscaia
Relator